

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO MOVIMENTO OPERÁRIO NO BRASIL

Diego Eduardo Batista Ivasco¹

1 Introdução²

A pergunta problema que norteou este trabalho e definiu o seu objetivo geral, foi “De que forma é possível identificar a construção da identidade do movimento operário no Brasil?”. A partir disso, os objetivos específicos foram delineados da seguinte forma: conceituar movimento social, pesquisar a história da formação do movimento operário no Brasil, identificar os seus principais atores e suas bandeiras de luta no início do século XX. Destaca-se a importância de uma certa consciência da sociedade a respeito do assunto; para o serviço social, é importante reafirmar o comprometimento com os movimentos sociais e, a partir do seu código de ética, realizar essa articulação com outras categorias que partilhem o compromisso com a luta geral dos trabalhadores (BRASIL, 2012, p. 24). Ao compreendermos a ação do operário como um movimento social, vamos começar a entender essa formação da sociedade brasileira, bem como a sua identidade.

2 Desenvolvimento

Os movimentos sociais são caracterizados como ações em prol de um objetivo, esforços e lutas da sociedade civil organizada, afim de promover mudanças eficazes e avançar em direção a uma sociedade mais justa. Conforme Gohn (1997, p. 41), “A mudança social só existe por conta da mudança dos indivíduos, pois os movimentos agem em oposição à ordem vigente”. Segundo a concepção de Estado de Touraine (1983, p. 183), este é também “um agente transformador, pois dirige mudanças organizacionais e também institucionais”.

No Brasil, as transformações propiciadas pelos movimentos sociais ocorreram no setor industrial; dessas alterações no setor econômico, construiu-se o movimento operário, que se fortaleceu principalmente entre os anos de 1917 e 1920, quando nas principais cidades do Brasil começaram as greves de trabalhadores, buscando melhores condições de trabalho.

As primeiras expressões da questão social começam a aparecer, entre elas a pobreza, a falta de água, esgoto, luz e a superlotação dos bairros operários. A classe operária estava composta majoritariamente por imigrantes, marginalizados pela classe burguesa. Com a

¹ Aluno do 7º período do curso de Serviço Social do Centro Internacional Universitário Uninter. E-mail: diegoivasco29@gmail.com.

² Trabalho de PBL. Polo Carlos Gomes - Curitiba-PR.

grande centralização de poder e de acúmulo de capital, o sistema burguês dominante em 1917 fez surgir as primeiras greves nas cidades brasileiras, em busca de melhores condições de trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 137).

Os discursos políticos sempre privilegiavam a mesma classe: a burguesia. Frente à prioridade dos interesses da classe burguesa, gerou-se o descontentamento da classe operária e a necessidade de uma ação social, afim de se reunir em grupos ou organizações (MENDONÇA; FONTES, 1988, p. 94).

A Psicologia das Massas³ explica como eram vistas essas ações coletivas e como esse paradigma foi sendo quebrado durante a construção da identidade do movimento operário. Segundo Escorsin (2016, p.76), “a identidade é formada pelos fatos históricos e sociais”, ou seja, a identidade do operariado se formou pelos acontecimentos da história, na luta por direitos, de se reconhecer como classe operária e por suas ações coletivas. No entanto, essas ações eram questionadas pela burguesia, vistas por ela, segundo Pereira e Sampaio (1999, p. 128), como uma ação irracional, cuja intenção era implantar um sistema de ditadura do proletariado no Brasil.

Na greve de 1917, esse modo de ver o movimento operário foi sendo revisto e surpreendeu principalmente a burguesia por ser uma ação pacífica e racional; um item fundamental na formação da identidade do operariado foram os sindicatos. No final do século XIX, em 1892, a classe operária enfrenta um processo de reestruturação da economia no Brasil. Segundo Antunes (1980, p. 48), ao criar o trabalho assalariado em substituição do escravo, ao transferir parte dos seus lucros para atividades industriais e ao propiciar a constituição de um amplo mercado interno, a economia exportadora criou, em um primeiro momento, as bases necessárias para a constituição do capital industrial no Brasil. Partindo disso, formam-se núcleos operários na região de São Paulo e Rio de Janeiro e surgem as primeiras lutas operárias no país (ANTUNES, 1980, p. 48). Esses núcleos auxiliaram nas primeiras necessidades imediatas e foram a primeira forma de sindicalismo do fim do século XIX, em 1882. Nesse mesmo ano ocorreram o I Congresso Socialista Brasileiro, cujo objetivo era a criação de um partido socialista, que porém não foi atingido. Em 1913 e 1920, ocorreram o II e o III Congresso respectivamente. Foi nesses congressos que o movimento operário começou a tomar como base as teorias socialistas de Karl Marx e Friedrich Engels, que justamente se enraizaram no Brasil naquele momento, em 1917.

³ Inserido na massa, o indivíduo pensa, sente e age de maneira diversa de quando está sozinho (LEOPOLDINO; OLIVEIRA, 2006, p. 140).

A história do movimento operário no Brasil começa com o processo de industrialização, no começo do século XX. Começa a se formar a partir da vinda de trabalhadores — na sua maioria italianos, brancos, do campo — para as grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, a fim de trabalhar no meio fabril. Porém, com o avanço da industrialização algumas coisas mudaram, fazendo com que o trabalhador não se reconhecesse como classe trabalhadora nem percebesse que tudo o que se produzia era fruto do seu trabalho.

Como toda organização e associação, o movimento operário no Brasil é formado por uma ideologia; afinal, todo movimento tem por motor uma ideologia, pois é a partir dela que o movimento e suas ações coletivas encontram identidade e consciência. Uma das bandeiras de luta advindas da ideologia é a resistência do trabalhador operário frente ao sistema econômico vigente: capitalismo. A ideologia é a função das ideias na vida social, ou seja, a partir das vivências o indivíduo constrói uma ideia de mundo (EAGLETON, 1997, p. 16).

O trabalho no capitalismo é alienado e tem por base o acúmulo de capital e a extração de mais-valia, favorecendo a classe burguesa. Isso desumaniza o homem e cria nele uma falsa consciência, ou seja, ele pode se reconhecer como classe, mas não necessariamente como pertencente à classe trabalhadora — no caso da presente pesquisa, a operária. A partir do momento em que a classe operária desenvolve uma consciência de luta, reconhecendo que está sendo explorada, a partir do momento em que tem conhecimento desse fato e procura lutar ou se manifestar a respeito, cria-se uma consciência reivindicatória, que pode se transformar em uma consciência de classe para si. “A classe para si [...] aquela que, consciente de seus interesses e inimigos, se organiza para a luta na defesa destes” (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011, p. 97). Com o sistema vigente fortalecendo ainda mais a classe burguesa, os operários começaram a se organizar em sindicatos, afim de dar voz ao movimento e fazer com que suas necessidades fossem atendidas pelo Estado (RODRIGUES, 2009, p. 8).

Com o propósito de alcançar o objetivo traçado nesta pesquisa, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, realizada com leitura de livros, artigos científicos, sites oficiais para fundamentar o assunto pesquisado. Para Lakatos e Marconi (2003, p. 215), essa metodologia de pesquisa é fundamentada rigorosamente em uma estrutura realizada por meio de pesquisas bibliográficas, que “exigem estudos preliminares” antes da resposta do problema.

3 Considerações finais

A partir da pesquisa realizada, conclui-se que entender a construção da identidade do movimento operário no Brasil é entender essa formação histórica da sociedade, que surgiu no início do século XX, trazendo muitas lutas, reivindicações, greves — e conquistas também. As leituras demonstraram que, por meio de movimentos sociais, os trabalhadores buscaram poder político para a classe trabalhadora, para que pudesse construir a sua identidade, lutando e reivindicando seus direitos. Isso depois de compreender a importância das suas ações coletivas e a dos sindicatos, que surgiram para formar uma consciência reivindicatória entre os operários.

As ações coletivas contestadas pela burguesia impulsionaram as reivindicações imediatas; a partir destas, começaram as primeiras mobilizações e greves, entre as quais se destaca a greve geral de 1917, no início do século XX, que lutava por reivindicações como aumento de salário, melhorias nas condições de trabalho, diminuição na carga horária, direito de voto às mulheres e o fim do trabalho infantil. Da luta pelos direitos, os sindicatos surgiram para criar uma consciência de classe para si, para fazer os trabalhadores, até então alienados pelo capitalismo, se reconhecer como classe trabalhadora e defender os interesses de classe.

Deste modo, ao construir esta pesquisa vemos o quanto é importante o conhecimento histórico da construção social da classe trabalhadora. Não só para o assistente social, mas também para a sociedade como um todo, é necessário ter consciência de que, para se conseguir os direitos trabalhistas foi preciso um sentido de coletividade por parte dos trabalhadores da época e também o seu fortalecimento junto aos sindicatos. Tudo isso ajudou à sociedade a enxergar nas entrelinhas os conflitos existentes e fez com que os trabalhadores refletissem e questionassem a ordem vigente, reconhecendo-se de fato como classe.

Para o Serviço Social é importante reafirmar os compromissos da profissão com os movimentos sociais, segundo o Código de Ética do Assistente Social (1993) e seus princípios fundamentais. Hoje os movimentos sociais são criminalizados pela elite e pela mídia; portanto, este contexto não só faz os movimentos ganharem um olhar negativo, mas também faz a classe trabalhadora negar-se a si mesma. Perante a sociedade isso é possível desconstruir através de estudos e pesquisas, para retomar o sentimento de pertença.

Referências

ANTUNES. R. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BRASIL. **Código de Ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 27 abr. 2018. Caderno Humanidades em Perspectivas, Curitiba, v. 5, n. 11, p. 36-40, 2021 | Edição Especial “II Mostra Científica do Curso de Bacharelado em Serviço Social”

EAGLETON, T. **Ideologia**. Uma introdução. Tradução: Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Editora Boitempo, 1997. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/285942/mod_resource/content/1/Aula%202.pdf.

Acesso em: 12 nov. 2020.

ESCORSIN, A. P. **Psicologia e desenvolvimento humano**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2016

GOHN. M.G. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997. Disponível em:

<http://flacso.org.br/files/2016/10/120184012-Maria-da-Gloria-Gohn-TEORIA-DOS-MOVIMENTOS-SOCIAIS-PARADIGMAS-CLASSICOS-E-CONTEMPORANEOS-1.pdf>.

Acesso em: 27 abr. 2018.

IAMAMOTO. M.; CARVALHO. R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LAKATOS, E.M; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em:

https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india.

Acesso em: 24 abr. 2018

LEOPOLDINO.M.P.; OLIVEIRA.C. Do social ao individual: a psicologia das massas de Sigmund Freud. **Revista do Departamento de Psicologia - UFF**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 137-142, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rdpsi/v18n1/a13v18n1.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2020.

MARX, K. **A miséria da filosofia**. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985. Disponível em:

http://ciml.250x.com/archive/marx_engels/portuguese/marx_miseria-da-filosofia.pdf. Acesso em: 02 maio 2018.

MENDONÇA, S. R; FONTES, V.M. **História do Brasil recente**. 1964-1992. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MONTAÑO, C.; DURIGUETO, M.L. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social. v. 5).

PEREIRA, A, R, SAMPAIO. O movimento operário brasileiro e as massas populares: massas obreiras/revolucionárias ou massas ignorantes/inertes? **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 13, nov. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n13/a10n13.pdf>. Acesso em: 09 maio 2018.

RODRIGUES, L. M. Formação e desenvolvimento do sindicalismo. *In*: RODRIGUES, L. M. **Trabalhadores, sindicatos e industrialização** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

TOURAINÉ.A. **Palavra e sangue, política e sociedade na América Latina**. Tradução: Iraci D. Poleti, São Paulo: Editora da Unicamp, 1989.